



Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais

# Anais

## III Seminário Internacional Sociedade Inclusiva *Ações Inclusivas de Sucesso*

Belo Horizonte  
24 a 28 de maio de 2004

---

Realização:



## Mesa Redonda “Ações Inclusivas Para População de Rua”

**Mariana Vilas Bôas Mendes**

Faculdade Promove, mestranda em Sociologia – UFMG.

Para participar desta mesa redonda sobre “ações inclusivas de sucesso para a população de rua”, foram convidadas a Gerência de Preparação para Inclusão Produtiva (GEIPE), aqui representada pela Karina – assistente social; a Pastoral de Rua, representada pela Cristina Bove, responsável pela mobilização dos catadores de papel de Belo Horizonte, cujos desdobramentos levaram à criação da Associação dos Catadores de Papel Papelão e Materiais Recicláveis de Belo Horizonte (ASMARE) e à representação dos moradores de rua junto ao Orçamento Participativo, criando o Centro de Referência da População de Rua e a República Reviver, e a Gerência do Programa para a População de Rua da Prefeitura de Belo Horizonte, aqui representada pela gerente do programa Maria do Carmo Villamarin.

Foram escolhas, a princípio, pautadas pela idéia da inclusão através da reinserção no mundo da casa e, principalmente, no mundo do trabalho. Mas quem disse que ação inclusiva para a população de rua se restringe a “casa e trabalho”? E quem disse que o morador de rua *“quer”* casa e trabalho? Quantas vezes pessoas que não trabalham diretamente com a população de rua, mas que por alguma razão se dispuseram a conversar por alguns minutos com moradores de rua, se assustaram ao ouvir coisas como: *“eu não quero sair da rua”*; *“eu moro na rua porque eu gosto”*; *“viver na rua é muito bom”*; *“eu gosto mesmo é do trecho”* etc.?

A experiência mostra, e as pessoas que estão nesta mesa podem falar disso muito bem, que casa e trabalho não é o suficiente. O processo de adaptação ao trabalho e à vida em casa não é um processo simples e, muitas vezes, quando se pensa que um morador de rua vai finalmente organizar a sua vida, sair da rua, se adaptar a um novo emprego, ele volta para a rua e o processo de inclusão precisa ser recomeçado.

Para entender o que leva a pessoa a permanecer na rua é preciso antes entender os agenciamentos e os constrangimentos que levam alguém a sair da casa de sua família e a viver nas ruas ou na estrada, no *trecho*.

Podemos começar pelo desemprego. De fato, algumas pessoas chegaram na rua por falta de uma atividade produtiva que lhes fosse satisfatória. É o caso, principalmente, dos migrantes. São pessoas que deixam casa, família e cidade para tentar a sorte em outro lugar, depois outro lugar ainda, e outro lugar também e nada. Estão na rua. Mas elas poderiam voltar para casa, muitas pessoas voltam. Se foi a atividade econômica que as levou para fora de casa, não foi a falta dela que as fez permanecer na rua.

Mas a maioria da população de rua de Belo Horizonte é natural de Belo Horizonte. E se é o desemprego que leva essas pessoas a viver na rua, então precisamos saber qual é o milagre que faz com que um contingente de desempregados, pelo menos 100 vezes maior do que o da população de rua de Belo Horizonte, permaneça em casa. Lembrando que a população de rua não é incluída nas estatísticas de desemprego.

Isso não significa que o desemprego não seja um fator importante para se pensar a população de rua. Não se trata disso. Mas dificilmente ele é uma causa “em si”. Muitas vezes tanto o desemprego quanto a saída de casa são ambos resultantes de uma outra causa.

Em minha monografia sobre o Centro de Referência da População de Rua, afirmo que a população de rua se caracteriza pela “indocilidade de seus corpos” – inspirada em Foucault que define um “corpo dócil” como aquele que possui a força necessária para o trabalho, aliada à submissão necessária para ser “trabalhador”. O corpo do morador de rua é um corpo que não reúne essas duas condições da docilidade. Ou bem é um corpo doente, ou bem é um corpo rebelde. Portanto, o morador de rua representa para a sua família mais do que um membro temporariamente desempregado. Ele representa alguém que, além de estar desempregado (ou de estar sempre na iminência do desemprego), não tem qualquer perspectiva de se estabilizar economicamente. Além disso, muitas vezes, ele se torna um custo extra para a família, custo que pode ser um infundável tratamento médico, agressões – físicas ou morais – à família ou até o risco que ele pode representar aos que estão próximos por estar envolvido com o tráfico de drogas ou com outras formas de criminalidade.

Isso explica um pouco a razão de haver menos mulheres do que homens vivendo nas ruas. Afinal, o trabalho doméstico muitas vezes é considerado suficiente para a aceitação da mulher em casa e é um trabalho que não exige grande estabilidade emocional, capacitação intelectual e nem o gozo de perfeita saúde para ser realizado.

Olhando a situação pela perspectiva do morador de rua, fica difícil manter (ou se interessar em restabelecer, quando é o caso) um vínculo com uma família que não teve (e provavelmente continua não tendo) estrutura para acolhê-lo. Ele então abandona o território da casa para se reterritorializar na rua.

Na rua ele pode recriar seu passado. Pode sonhar com a casa e com o trabalho. Mas a casa do sonho, que muitas vezes ele reivindica para si, já vem limpa, arrumada, com as contas pagas, no centro da cidade. O trabalho do sonho vem com o patrão camarada, sem precisar acordar cedo, pegar dois ônibus, bater cartão, vestir uniforme. Vem também com qualificação e saúde. No sonho, o alcoólatra é um sujeito que só bebe socialmente depois do trabalho e nos finais de semana e o drogadito pode usar ou não usar droga sem que isso implique em qualquer sofrimento, na hora que bem entender. Ou então o álcool, a maconha, o crack não alteram em nada a capacidade produtiva ou o controle sobre si e sobre o que se passa ao redor.

Não é que a vida na rua seja tão boa que o morador de rua só abra mão dela diante desse incrível paraíso (com o qual qualquer um deve sonhar). É que a vida “da casa” vai se tornando de tal maneira distante, virtual, que ela se transforma facilmente em fantasia. Na medida em que o virtual se realiza e que o real não se parece nem um pouco com o sonho, o desejo de se retornar à vida “da casa” se desvanece, para depois retornar, assim que a fantasia for possível, quando a vida na rua se tornar insuportável.

A rua é o real que se atualiza a todo tempo. Não se sonha com ela, portanto não há com o quê se frustrar. Na medida em que se está na rua, tem-se que viver como os outros que nela vivem. Uma solidariedade frouxa possibilita a sobrevivência, mas é carregada de riscos. Ninguém tem muita coisa a perder. O que torna todos potencialmente solidários e, ao mesmo tempo, perigosos. Ninguém é confiável. Não existe um compromisso em ser desta ou daquela maneira. Se o passado se inventa, o presente também. Quem, no mundo “da casa” ou do trabalho era uma pessoa qualquer, pode ter se tornado uma “celebridade” da rua. Quem tinha alguém controlando a sua vida, na rua deixou de ter.

Quem se sentia constrangido em agir desta ou daquela maneira, não tem mais motivo para se constranger. A rua é o mundo de um *outrem* sem memória. Os problemas de saúde (que muitas vezes levaram o sujeito a viver na rua) se agravam. A casa se distancia.

A comida é mais fácil de conseguir no centro da cidade. Pedem nos restaurantes, juntam dinheiro para comer no Restaurante Popular, freqüentam as “doações”, recorrem às instituições de atendimento à população de rua. Pode-se obter dinheiro pedindo, olhando carros, lavando carros, catando latinhas, vendendo balas, buscando a cachaça para o grupo, vendendo drogas, extorquindo, roubando. Depende das condições de cada um. Mas depende também dos valores adquiridos antes de ir para a rua, como da capacidade de se adaptar a novos valores.

Muitas vezes o morador de rua já traficava, roubava ou se prostituía antes de ser morador de rua (e talvez por isso tenha se tornado um morador de rua). Outras vezes ele só chega a roubar em casos de extremo desespero e necessidade. Algumas vezes, nem assim. Se existe uma relação entre a necessidade material e o crime, esta tem que competir com a formação moral. Muitos são os crimes cometidos por pessoas cuja necessidade material passa longe da mera garantia da sobrevivência. Do mesmo modo, “bater” uma carteira pode ser antes uma aventura do que uma questão de necessidade. O que nos leva a crer também que se existe alguma relação entre a “boa conduta” e a formação moral, este “fluxo de crenças” está sempre concorrendo com “fluxos de desejo”, de intensidade – nesses casos, o ganho material pode ser um valor secundário em relação à ação em si.

A rua é o lugar do trânsito, do que está de passagem, não constitui um espaço adequado para se estabelecer território, não permite a fixação. Ao mesmo tempo, a rua, para o morador “da casa”, é um fluxo controlado – mão, contramão, passeio, viaduto, praça, calçada. Ao se instalar na passagem, o morador de rua obstrui o fluxo, rompendo ductos que explodem em sujeira, desordem, perigo. Confusão entre público e privado.

Se é direito do morador de rua viver em algum lugar – e viver em “*utopia*” não é possível – , é direito do morador da casa que esse *topos* não seja o espaço público. Os constrangimentos gerados pela vida na rua são conseqüentes desse dilema. Os carros não vão parar de passar sobre os viadutos para que os moradores do “andar de baixo” possam dormir em paz. Muitos moradores “das casas” se sentem no direito de agredir os

moradores da rua, que estão degradando sua paisagem, sujando sua rua e impedindo sua passagem. Muitos moradores de rua se sentem no direito de agredir os transeuntes que estão atravessando sua casa, perturbando seu sono, invadindo sua privacidade. É dever do Estado garantir a preservação do espaço público. É também dever do Estado garantir condições mínimas de vida para seus cidadãos (inclusive para aqueles que não entraram no censo, não têm título de eleitor nem certidão de nascimento). A ação policial é uma forma de equacionar essa situação: mantém a ordem (retira à força os moradores debaixo do viaduto, prende os que fazem baderna) e ao mesmo tempo presta socorro, transporta para o hospital etc.

Outras tentativas de equacionar essa questão foram apresentadas pela Cristina Bove, coordenadora da Pastoral de Rua; pela Karina, através da qualificação profissional e da busca de novas alternativas de trabalho e produção para a população de rua e pela Maria do Carmo, que coordena o Programa da População de Rua da Secretaria Municipal de Assistência Social de Belo Horizonte, cuja ação vai desde a abordagem de rua e o encaminhamento para a aquisição de documentos, até programas específicos de readaptação do morador de rua à casa e ao trabalho.

Atingir o binômio “casa/trabalho” é, sem dúvida, o objetivo de todas as ações expostas nesta mesa redonda, mas o cotidiano da rua e de seus moradores exigiu – e está sempre exigindo – a criação de diferentes formas de abordagem e acompanhamento dessa população, de modo a garantir que o trabalho de inserção não fosse completamente em vão.

A insistência dos que trabalham junto à população de rua em ressaltar o sofrimento e a capacidade de produção do morador de rua ficou muito clara nesta mesa, especialmente na exposição dos trabalhos da Pastoral – que trouxe a Margareth, uma moradora de rua, para expor seu sofrimento e a importância do trabalho da Pastoral na sua vida – e da GEIPE – que trouxe um (ex) morador de rua, Antônio Marcos, para falar sobre o novo empreendimento da parceria GEIPE, ASMARE, CEMIG e Ministério da Assistência Social: o Ecobloco – uma fábrica de construção a partir da reciclagem do concreto.

A condição para essa insistência sobre o sofrimento e a capacidade produtiva e criativa do morador de rua é a omissão das dificuldades encontradas tanto pela Pastoral quanto pelas demais entidades filantrópicas e/ou governamentais na *relação com o morador de*

*rua* – dificuldades essas que levaram a Pastoral a desenvolver métodos de abordagem e mobilização social especialmente para a população de rua, que, por sua vez, foram adotados pela Prefeitura e dificuldades que levam muitos dos que trabalham com essa população a discutir constantemente o sentido de sua prática e a eficiência de sua ação.

Muitas vezes o enfoque que se dá nos processos de reinserção social (que por vezes significa a realização do desejo dos que atuam junto à população de rua, mais do que a realização do desejo dos moradores de rua) subtrai a importância da ação que tem sido a mais eficiente e abrangente de todas essas entidades e instituições que atuam junto à população de rua, que consiste o esforço diário de garantir a sobrevivência desta população apesar do frio, da fome, do barulho, da doença, da fumaça, das facas, do álcool, das drogas, dos delírios, das muquiranas etc.

Terminadas as apresentações das “ações inclusivas de sucesso” para a população de rua, os componentes da mesa, juntamente com os demais ouvintes, ressaltaram a necessidade de se realizar um novo censo da população de rua de Belo Horizonte, a urgência de se promover uma reforma urbana – considerando especialmente o grande número de prédios abandonados em Belo Horizonte, e a importância de se oferecer cursos de alfabetização, primeiro e segundo graus para os moradores de rua.